



= LEI Nº 1.755, DE 25 DE JUNHO DE 1993 =

Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município para o exercício de 1994 e dá outras providências.

O povo do Município de São João Nepomuceno, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - A Lei Orçamentária para o exercício de 1994 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica e da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, no que for a ela pertinente.

Art. 2º - As receitas próprias e as transferências formam o montante estimado da receita para igual valor da despesa fixada.

Art. 3º - A proposta orçamentária para o exercício de 1994 obedecerá os seguintes critérios sem prejuízo às normas pertinentes estabelecidas pela Legislação Federal.

Parágrafo único - Os valores das despesas, nunca superiores ao montante da receita, serão distribuídos nas unidades orçamentárias com base de julho/93, podendo ser corrigidos monetariamente pelos índices oficiais do Governo Federal, em janeiro de 1994.

Art. 4º - As despesas fixadas observarão a aplicabilidade dos 25% (vinte cinco por cento) resultantes das receitas dos impostos inclusive transferências dos Governos do Estado e da União, destinando-as à manutenção e desenvolvimento do Ensino.

Art. 5º - As despesas com pessoal observarão a limitação e adequação dos 65% (sessenta cinco por cento) de acordo com o artigo 38 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Parágrafo único - A despesa com pessoal referida no artigo abrangerá:

I - o pagamento de pessoal do Poder Legislativo, inclusive o de agentes políticos;

II - o pagamento de pessoal do Poder Executivo, incluindo-se o dos pensionistas e aposentados;

Art. 6º - A abertura de créditos suplementares ao orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

Parágrafo único - Os recursos disponíveis de que trata o artigo são aqueles referidos no artigo 43, § 3º, da Lei nº 4.320/64.

Art. 7º - Aos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal, será garantido o fornecimento de material didático-escolar, transporte, suplementação alimentar e assistência à saúde.

§ 1º - A garantia referida no artigo não exonera o município da obrigação de assegurar estes direitos aos alunos da rede estadual, mediante convênios celebrados com a Secretaria de Educação.

§ 2º - A despesa com suplementação alimentar e assistência à saúde poderá ser computada para satisfazer o percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte cinco por cento) do artigo 212 da Constituição Federal, nos termos da Instrução Normativa nº 02/91, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 8º - Quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender à demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudos para o atendimento suplementar pela rede particular local, ou da localidade mais próxima.

Art. 9º - A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo do bolsista, estabelecido em lei.

Art. 10 - A concessão de subvenção fica condicionada a:

I - Entidades caracterizadas sem fins lucrativos ou de conhecida utilidade pública, e que não remunerem seus diretores;

II - só farão jus à subvenção aquelas entidades que prestarem contas após 30 (trinta) dias de findo o exercício.

Art. 11 - Só serão contratadas operações de crédito por antecipação de receitas, quando se configurar iminente falta de recursos que possa comprometer o pagamento da folha em tempo hábil.

§ 1º - A contratação de operação de crédito para fim específico somente se concretizará se os recursos forem destinados a programas de excepcional interesse público, observados os limites contidos nos artigos 165 e 167 III, da Constituição Federal.

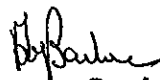
§ 2º - Em qualquer dos casos, a contratação de operação de crédito dependerá de prévia autorização legislativa.

Art. 12 - As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser viabilizadas com disponibilidade de valores orçamentários, precedidas do processo licitatório, nos termos do Decreto nº 2.300, de 21 de novembro de 1986 e posterior legislação.

Art. 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

São João Nepomuceno, 25 de junho de 1993.

  
Antonio Jacques Barbosa de Moraes  
Prefeito Municipal